



Quem foi ele?
Talvez o réu?
Talvez a vítima?
Qual o seu nome?
Quem é esse homem?

Rubens Paiva, presente!

EXPOSIÇÃO SOBRE O ENGENHEIRO VISITA ESCOLAS
DA PAVUNA E UNIVERSIDADES

PÁGINAS 6 E 7



Claudionor Santana

**SENGE-RJ
PARTICIPA
DE ENTREGA
DE CASAS
POPULARES EM
JACAREPAGUÁ**

PÁGINA 5



**SETOR ELÉTRICO: ENCERRADA
NEGOCIAÇÃO DA PLR**

PÁG. 11

**ENCONTRO NO CREA-RJ PREGA
UNIÃO DA ESQUERDA**

PÁG. 3

**FISENGE REAFIRMA POSIÇÃO
CONTRA TERCEIRIZAÇÃO**

PÁG. 10

MORADORES DE SARACURUNA DISCUTEM PROBLEMAS NOS TRENS

PÁGINA 8

ONDA CONSERVADORA AVANÇA SOBRE O PAÍS

Não é difícil perceber, desde a disputa do segundo turno das eleições presidenciais, que muitas bandeiras políticas de cunho conservador, algumas há muito esquecidas, começaram a ter cada vez maior veiculação na mídia em geral, passaram a ter mais defensores confessos e a ganharem mais espaço na sociedade e no parlamento. Com a crise que se abateu sobre o governo Dilma, seus desacertos na economia e a letargia presidencial, uma maior polarização política fez com que essas propostas começassem a ser articuladas e submetidas à apreciação e votação pelo Congresso Nacional. Evidentemente, tudo ficou mais fácil para a maré montante reacionária, depois da eleição de Eduardo Cunha como presidente da Câmara, com essas propostas tendo tido eco e encontrando neste deputado seu maior líder e porta-voz.

O Congresso, comandado por Cunha, tem dado demonstração que a velha e a nova direita, repaginada e reciclada, estão dispostas a tudo para impor uma agenda política que somente atenda a esses setores. O projeto de redução da maioria penal, rejeitado em um dia é aprovado no dia seguinte, sabe-se lá como ou através de que expedientes internos comandados por Cunha. O outro bastião do conservadorismo está configurado na chamada “República de Curitiba”, comandada pelo juiz Sérgio Moro, que independentemente da roubalheira na Petrobrás, vem “prendendo e arrebatando”, intimidando os acusados, submetendo-os a constrangimentos que beiram os métodos inquisitoriais do período ditatorial.

É necessário que os setores democráticos e que são majoritários na sociedade se organizem para impedir qualquer retrocesso que porventura esteja nos planos dos Eduardos Cunhas da vida.

Enterrar a era Vargas: a terceirização é um crime

VITO GIANNOTTI*

No discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso em 1/1/1995 ouvimos uma frase do chamado príncipe dos sociólogos que muita gente não entendeu logo de cara. Ele proclamou a frase que seria a síntese do seu projeto neoliberal. “Vamos enterrar a Era Vargas”. Estas cinco palavras, para nós brasileiros, significavam todo um programa muito claro: vamos implantar o projeto neoliberal no país. O que é e foi a Era Vargas? O que Vargas deixou de heranças para o povo Brasileiro? Duas coisas: as leis trabalhistas, ou seja, a CLT e a criação das empresas estatais. As chamadas empresas de base. Base do desenvolvimento industrial do país. As leis trabalhistas foram uma proteção para os trabalhadores de empresas particulares (menos camponeses e servidores públicos). E é isso que o tal FHC disse que queria enterrar. Mas não foi só a CLT que ele queria enterrar. Junto com elas o projeto neoliberal queria acabar com as empresas estatais: VALE, ACESITA, CSN, ALCALIS, PETROBRÁS e todas as outras. O projeto de privatização está avançando a todo vapor! O que há de novo para alegrar FHC é o fim das leis trabalhistas.

O projeto de privatização está avançando a todo vapor! O que há de novo para alegrar FHC é o fim das leis trabalhistas

UM TIRO DE MORTE NA CLT E NA CONSTITUIÇÃO

Em maio de 2015, o jornal BRASIL DE FATO publicou uma entrevista com Patrícia Fachin e Ricardo Machado com uma manchete maravilhosa. Maravilhosa porque explica perfeitamente o que é a terceirização. Mas tremendamente trágica. A terceirização não é uma novidade. Novidade é o tal Projeto de Lei 4.330. A realidade da terceirização existe no Brasil há mais de 30 anos. Mas não era tão generalizado. Agora a coisa mudou. Como diria Ricardo Machado: “O projeto base, tal como foi votado na

Câmara, representa o maior retrocesso na configuração jurídica de proteção do trabalhador brasileiro desde sempre. O maior retrocesso jamais tentado contra a CLT”. Na prática, através de mil artimanhas jurídicas, os empresários querem implantar a terceirização total. Já fazem isso hoje através de contratos de trabalho que não estavam previstos na CLT. Assim não precisam obedecer a velha CLT. Mas agora todos os patrões estão querendo mais.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Nestes dois últimos anos os trabalhadores do Brasil mostraram que não estão dispostos a engolir qualquer sapo. Fizemos milhares de greves e tudo mostra que neste ano podemos continuar a luta. É necessário unir todas as forças para esta batalha. Os sindicatos e os partidos de esquerda precisam aumentar suas reuniões para esclarecer sobre esta

desgraça que está para cair nas nossas cabeças. É preciso juntar trabalhadores, explicar, mostrar a desgraça e organizar para enfrentar. Fazer manifestações, passeatas de toda forma. Os patrões só entendem uma linguagem. A luta, cada vez mais acirrada. É assim em muitos países do mundo. É só olhar e fazer igual. A linguagem que os patrões entendem é uma só, para começar: a GREVE GERAL. Por isso vamos forçar todos os partidos que têm alguma ligação com os trabalhadores a lutar contra a maior desgraça que pode acontecer: o fim da CLT. Não há nada a esperar deste Congresso de Brasília. É o mais inimigo dos trabalhadores de quarenta anos pra cá. Nossa esperança é nossa força e nossa organização.

* VITO GIANNOTTI é coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Da esquerda para a direita, os políticos Reimont, Inês Pandeló, Robson Leite, Alessandro Molon, Tarso Genro e Lindberg Farias

Em debate: formação de frente progressista

Encontro histórico, que reuniu cerca de 400 pessoas, enfatizou o rompimento com o PMDB

Um encontro que pode ser considerado histórico, setores progressistas do Rio de Janeiro lançaram as bases para a unidade da esquerda contra o retrocesso econômico, político e também na agenda do interesse dos trabalhadores. É também uma contraofensiva com vistas às eleições municipal e estadual, onde visualiza-se a convergência por uma candidatura única, apoiada por segmentos da esquerda, não importando o partido.

“O partido não é o importante. A frente é maior do que os partidos”, afirmou o deputado federal Alessandro Molon, presente ao evento, em seu discurso.

O rompimento desta frente com o PMDB, no RJ, também foi enfaticamente apoiado. Cerca de 400 pessoas participaram da plenária “A saída é pela Esquerda”, com representantes sindicais, de movimentos sociais, parlamentares e líderes estudantis. A intenção do movimento é enfrentar os setores conservadores na sua tentativa de dismantlar os direitos trabalhistas e as conquistas sociais obtidas, principalmente nos últimos 12 anos, com muito esforço e mobilização. E também, defender o governo legítimo da presidente Dilma Rousseff, vítima de articulação golpista no Congresso, na mídia e até de parte do judiciário.

A reunião contou com a importante presença do ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e dos deputados Robson Leite, Ales-



O diretor do SENGE-RJ Clovis Nascimento

sandro Molon, do vereador Reimont e do senador Lindberg Farias. Escolhendo o Rio como segunda residência desde março, Genro quer contribuir para reerguer o PT, juntamente com as demais forças progressistas, na capital.

“O Rio é, no momento, o estado mais importante politicamente do Brasil”, afirmou o ex-governador gaúcho. “O partido deve voltar a se comunicar com a sociedade, com as academias e com as classes trabalhadoras. Precisamos de um partido da emancipação do mundo de trabalho, da emancipação de políticas de con-

sumismo que escravizam a mente das pessoas e as leva à exaustão e ao endividamento predatório”, afirmou o ex-governador gaúcho. Sobre a unidade da esquerda foi categórico: “É louvável pensar numa frente que permita um governo progressista que não seja refém do PMDB”, alfinetou.

O encontro aprovou o documento “A saída é pela Esquerda” que tem por base os seguintes pontos:

A atual crise política não é apenas fruto de impasses do governo. Ela é resultado de uma nova ofensiva do capital financeiro internacional e do imperialismo dos EUA em escala global, construindo um cenário de dificuldades e constrangimentos sistêmicos em todos os países de governos progressistas.

Para além da brutal ofensiva da direita, a crise desnuda também os limites do projeto impulsionado pelo PT ao longo de 12 anos no comando do governo central. O extraordinário processo de inclusão social não foi acompanhado de uma narrativa que politizasse as conquistas; a “paz” social gerada pelo crescimento onde todos os segmentos sociais “saíram ganhando” foi rompida ao primeiro sinal de crise econômica, e a eclosão da desordem neoliberal isolou politicamente o governo, expondo a intolerância conservadora. Somam-se a isso as escolhas equivocadas de montagem do governo, sinalizando essencialmente para setores conservadores

e apresentando um ajuste fiscal punitivo para o “andar de baixo”, tudo isso em meio a mais um escândalo de corrupção, alardeado pelo aparato midiático empresarial com a parcialidade virulenta de sempre.

O Rio de Janeiro é um palco importante dessa disputa. A dinâmica contraditória da coalização nacional e o peso desempenhado pelo PMDB fortaleceram a participação do PT no governo local, engessando o debate político e a ação crítica do partido, tornado sócio-minoritário de um imenso laboratório de experiências.

No plano estadual, é contínua a violação de direitos humanos.

O documento encerra afirmando que a frente de esquerda deve ser capaz – e o PT tem papel fundamental no processo – de transformar uma plataforma de ação em um programa para a cidade, mobilizar amplos setores sociais e constituir redes colaborativas democráticas, tornando-se um espaço aberto para uma imensa gama de militantes e ativistas do nosso estado, articulando as dimensões da luta nacional com as pautas e experiências locais.

ASSINAM

Articulação de Esquerda
Democracia Socialista
Alessandro Molon
Lindberg Farias
Reimont Otoni
Robson Leite

Luiz Cosenza discute a Lei de Autovistoria

“A desmoralização desta lei é a pior coisa que pode acontecer”

Em participação no Programa Tema Livre, da Rádio Nacional, no dia 07 de maio, o conselheiro fiscal do SENGE-RJ Luiz Cosenza demonstrou preocupação com a Lei de Autovistoria. Segundo ele, o brasileiro costuma não se preocupar com manutenção e isso pode prejudicar o bom funcionamento de uma lei que, para a sociedade, é fundamental.

“A desmoralização desta lei é a pior coisa que pode acontecer com o cidadão. Tem profissionais fingindo fazer Autovistoria e síndico fingindo que está pagando. O CREA-RJ e a Prefeitura têm que fiscalizar. A lei não pode ser desmoralizada”, defende.

O Laudo Técnico de Vistoria Pre-

dial (LTVP) entrou em pauta depois de inúmeros desabamentos que ocorreram no Brasil, como o dos prédios da Avenida Treze de Maio, no Rio, em janeiro de 2012.

Para regulamentar a autovistoria, em 2013, no Rio, foram criados a Lei 6.400 e o Decreto 37.426.

Para melhor entendimento da Lei Municipal, o SENGE-RJ lançou um GUIA DE PROCEDIMENTOS para a elaboração de Laudo Técnico de Vistoria Predial, a fim de orientar e tirar dúvidas dos profissionais e síndicos em relação a citada Lei.

Para Luiz Cosenza, a vistoria deve ser feita em todas as unidades do imóvel, isto é, nos apartamentos ou salas

comerciais, as chamadas unidades autônomas. Segundo ele, são nessas unidades que acontecem as maiores alterações do projeto original, acarretando com isso sérios problemas tanto estruturais como nas instalações elétricas.

Segundo Luiz Cosenza, outro ponto que merece toda atenção por parte dos síndicos e dos proprietários das unidades é o grande aumento de carga nas

instalações elétricas.

“Segundo levantamento, mais de 85% dos incêndios no Rio de Janeiro são provocados por curto circuito nas instalações elétricas. Ao longo dos anos, novos equipamentos, que proporcionaram maior conforto para

as pessoas, mas que, em contrapartida, também exigem maior consumo de energia, foram lançados pelas indústrias. A melhor divisão de renda da população e a facilidade de crédito no comércio deram oportunidade a que boa parte da população tivesse acesso a esses equipamentos, o que gerou um grande aumento de consumo de energia sem que as instalações antigas estivessem preparadas e projetadas para esse aumento de carga. Nesses casos, uma readequação do projeto é mais do que necessária.

Além de Luiz Cosenza, também participaram do debate o advogado especialista em direito imobiliário, José Ricardo Ramalho; o engenheiro e coordenador da Câmara de Engenharia Civil do CREA/RJ, Manoel Lapa e Silva; e o coordenador da regional metropolitana do CREA, Ricardo Rios.

“**Tem profissionais fingindo fazer Autovistoria e síndico fingindo que está pagando**”

EVENTO

SENGE-RJ recebe o senador Marcelo Crivella

Crivella esteve no Sindicato para falar sobre a lei nacional de autovistoria

No dia 12 de junho, o senador Marcelo Crivella esteve no SENGE-RJ para debater sobre o Projeto de Lei 491/2011, de sua autoria. O PL prevê a realização periódica de inspeções em edificações de todo o país e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE). Para Crivella, que é engenheiro civil, a autovistoria deveria ser uma lei nacional. “Trata-se de uma questão de defesa civil e o artigo 22 da Constituição diz que legislar sobre defesa civil é papel federal.”

O senador, no entanto, acredita que as legislações estaduais

e municipais também são importantes. É o caso da Lei Estadual nº 6.400 e da Lei Complementar nº 126, ambas criadas no Rio de Janeiro em 2013.

“O projeto, embora não tenha sido nem aprovado ainda, já foi copiado no Rio. É um plágio, mas não tem problema”, brincou Crivella. “O importante é inspecionar”.

“Meu objetivo é criar uma política nacional de inspeção em edificações de uso comum. Nós engenheiros sabemos que o concreto é uma rocha artificial. Muitos cálculos antigos podem ter sido feitos de forma errada ou mudanças

nas edificações podem ter afetado a estrutura”, afirmou ele.

AUTOVISTORIA DO RIO

Desde a aprovação das Leis de Autovistoria no Rio de Janeiro, o SENGE-RJ atua junto com os engenheiros e outros profissionais para orientar e esclarecer sobre os procedimentos. Ao longo de seis seminários, os profissionais foram convidados a debater e o resultado foi o Guia de Autovistoria, fruto deste processo coletivo e do empenho da diretoria no sentido de preservar vidas e garantir a segurança da população.

As Leis no Rio foram criadas

após o desabamento de dois prédios na Avenida Treze de Maio, no Centro da cidade, que mostrou a necessidade de realizar um trabalho técnico de inspeção em edificações.

Além dos seminários, o SENGE-RJ também promove cursos periódicos voltados para os profissionais que desejam saber como realizar os procedimentos de Autovistoria.

No dia de 13 de junho, o Sindicato também convidou a sociedade (síndicos, administradores de condomínio e demais interessados no tema) para um seminário que apresentou os pontos mais importantes da Lei.

SENGE-RJ participa de entrega de casas

70 residências foram
construídas em sistema
de mutirão na Colônia
Juliano Moreira



Luiz Cosenza participou da entrega dos certificados do projeto que beneficiou setenta famílias de Jacarepaguá

Por Viviane Romero

Representantes do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) participaram, no dia 01 de Maio, da entrega dos certificados de conclusão da obra do empreendimento imobiliário Cooperativa Esperança, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. Coordenado pelo Movimento União Nacional por Moradia Popular (UNMP), este foi o primeiro Projeto de Mutirão no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades no Rio de Janeiro. Setenta famílias foram beneficiadas e vão se tornar proprietárias de suas casas através de um contrato coletivo.

"O Senge-RJ sempre apoia movimentos populares. Com a UNMP, em especial, temos ajudado viabilizando a participação em eventos e abrindo as portas do sindicato para reuniões. Para nós é importante ver o resultado desse movimento, ver que ele alcançou seu objetivo. Mostra que o sindicato fez certo quando resolveu colaborar. Esse é o Brasil que deu certo!", declarou o engenheiro Luiz Antônio Cosenza, um dos representantes do Senge-RJ.

O coordenador do UNMP Cláudio da Silva Pereira explicou que as casas foram construídas em sistema de mutirão e autogestão. O empre-

endimento teve 95% de subsídio do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, que suporta iniciativas de habitação popular autogestionadas a preços acessíveis e que estejam associadas com organizações não governamentais. Cada residência custou R\$ 42 mil, e os moradores terão até 10 anos para pagar.

"É uma alegria muito grande ver essas casas prontas, ver que tudo deu certo. É gratificante ver que uma pessoa que antes morava em uma área de risco ou em um lugar impróprio realizou seu sonho da residência própria", disse Pereira.

Para o coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP), Marcelo Braga Edmundo, a finalização das obras do empreendimento imobiliário Cooperativa Esperança mostra a força da organização popular. Ele ressaltou que é preciso dar visibilidade a essa conquista.

"Acompanhei toda a caminhada dessas 70 famílias. Foram 15 anos de resistência, e, finalmente, essas casas estão de pé. Isso mostra que o povo, com luta e perseverança, pode construir a sua história de forma concreta. Todo mundo tem que conhecer essa experiência, pois evidencia que realmente é possível se organizar e moldar o nosso destino", enfatizou Braga, explicando que projeto semelhante está sendo realizado no bairro da Gamboa, no Centro.

CASAS: COOPERAÇÃO MÚTUA E DEDICAÇÃO

No modelo de autogestão, os recursos disponíveis para a construção das moradias são repassados diretamente para entidades formadas pelos próprios moradores e movimentos sociais, que têm a possibilidade de administrar toda a obra desde a elaboração do projeto. No empreendimento imobiliário Cooperativa Esperança, boa parte da obra foi executada pelos futuros moradores, em sistema de mutirão, o que barateou as construções. Cerca de 80% da força de trabalho dos mutirões foi composta por mulheres. A agente comunitária Neide Belém Matos, de 54 anos, é uma integrante do grupo. Ela conta que participou de todos os processos de construção e teve que aprender a lidar com material de obra.

"No começo não sabia a diferença de uma *makita* e de uma furadeira. Mas com o tempo comecei a aprender a fazer cada coisinha, umas bem, outras nem tanto. Assim o sonho foi sendo realizado. Passamos de uma proposta para uma realidade. Isso aqui não é uma casa, é um troféu. Agora é só entrar e ser feliz", comemorou a agente comunitária, que vai morar com o filho de 14 anos.

A auxiliar de serviços gerais Marlene dos Santos Lopes também colocou a mão na massa. Ela exercia a função de tesoureira da Cooperativa Espe-

rança e nos finais de semana trabalhava na obra.

"Tinha que examinar todas as cotações, liberar o dinheiro, fazer as contas. Foi muito cansativo, mas valeu a pena. Hoje, vendo a minha casa, tenho a certeza que tudo aconteceu da maneira certa. Minha família vai ser muito feliz aqui", desabafou.

Para o futuro, a Cooperativa Esperança pretende construir um centro comunitário. O local servirá de ponto de encontro para reuniões e entretenimento.

O PROGRAMA

O Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida objetiva tornar acessível a moradia para a população cuja renda familiar mensal bruta não ultrapasse R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), organizada em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos visando a produção e aquisição de novas habitações.

O Programa atende pessoas físicas por meio de concessão de crédito com desconto variável de acordo com a sua capacidade de pagamento, sujeitos ao pagamento de prestações mensais, pelo prazo de 10 anos, correspondentes a 10% da renda familiar mensal bruta do beneficiário, ou R\$ 50,00, o que for maior.



**Rubens Paiva
era engenheiro
civil e foi eleito
deputado
federal em
1962**



SENGE-RJ RECEBE ESTUDANTES PARA HOMENAGEAR RUBENS PAIVA

**Alunos escreveram um poema e uma música
sobre a história do engenheiro**

A diretoria do SENGE-RJ recebeu, no dia 10 de junho, os alunos da Escola Estadual Jornalista Rodolfo Fernandes para uma apresentação. Os estudantes foram vencedores do concurso de redação promovido pelo Sindicato durante o período em que a exposição itinerante "Engenheiro Rubens Paiva, presente!" foi apresentada na escola, que fica na comunidade Pedreira, nos arredores do conjunto habitacional projetado pelo engenheiro e que leva seu nome.

A aluna do 2º ano Juliana Victoria Soares de Souza escreveu um poema sobre o engenheiro. Vitória Cristina, Eric Douglas e Luan Oriente, também do 2º ano, con-

taram a história de Rubens Paiva em forma de música. Também estiveram presentes os alunos que realizaram uma apresentação de hip hop durante o encerramento da exposição, realizado na escola no dia 28 de maio. Os estudantes disseram estar ansiosos, mas bastante felizes em se apresentar no Sindicato.

A apresentação dos alunos deixou os diretores presentes emocionados.

"Aos 13 anos, eu vi o golpe acontecer. Para mim, é uma viagem ao passado", disse o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos. "Me emociono também por ver a capacidade desses meninos em contar essa história com tanta intensidade".

Olímpio também destacou a importância dos professores da escola na vida profissional, mas também pessoal dos alunos, e declarou, falando diretamente com os estudantes: "Não adianta saber construir um prédio, mas não saber o porquê da desigualdade social. Vocês homenagearam um homem que deu a vida lutando contra isso. Ele não precisava, era rico, mas ele fez", afirmou o presidente do SENGE-RJ.

As opiniões expressadas pelos diretores após o evento foram as mesmas: emocionados, eles reafirmaram a importância do papel social do Sindicato e do resgate da memória da história brasileira.

"Ficamos orgulhosos que o concurso de redação foi mais longe do

que pensamos. Isso consolida uma forte atitude de cidadania do SENGE-RJ e mais um esforço para que a história do Golpe Militar não seja escrita por uma elite que tem outros interesses", afirmou Marco Antonio Barbosa, diretor do Sindicato e um dos organizadores do evento.

"Esse trabalho está apenas no começo", disse o vice-presidente do SENGE-RJ, Clovis Nascimento.

HOMENAGEM

Desde setembro de 2014, quando foi inaugurado o busto de Rubens Paiva em frente à antiga sede do DOI-CODI do Rio, na Tijuca, o SENGE-RJ realizou novas homenagens ao engenheiro. Um novo busto foi inaugura-

POESIA

Juliana Victoria Soares de Souza
Colégio Estadual Jornalista Rodolfo Fernandes

RUBENS PAIVA

Quem foi ele?
Talvez o réu? Talvez a vítima?
Qual o seu nome? Quem é esse homem?
Lutou, Conquistou, Morreu.

E mesmo a ponto de perder a vida,
Se manteve mudo diante da repressão.
E retumbante diante de todos:
“Entrei no Brasil, estou no Brasil, vou
ficar no Brasil.”

E olha que ironia. Ser acusado de fugir
em um fusquinha!
Angústia, aflição, tortura.
Coitada de Maria presa com sua filha.

E o que foi feito do bélico?
Morto talvez?
Mas o lutador não morre.
É perpetuado.



A diretoria do Sindicato com os estudantes e professores da Escola Estadual Jornalista Rodolfo Fernandes, que fica na comunidade da Pedreira, na Pavuna



do na estação do metrô que leva o seu nome. No local, também foi apresentada a exposição com a vida e a carreira do ex-deputado, com a curadoria de Vladimir Sacchetta. O local recebeu a visita de moradores e estudantes da região.

A exposição também passou pela Escola Municipal Eugenia Hamann, no Conjunto Habitacional Rubens Paiva, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ), no Maracanã, e pela PUC-Rio, na Gávea.

Rubens Paiva foi eleito deputado federal em 1962, por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No dia seguinte ao golpe, Paiva fez um discurso na Rádio Nacional,

no qual defendia a legalidade do presidente João Goulart. Ele chamou o povo para apoiar o projeto popular de Jango, por um país mais justo, que desse ao povo brasileiro uma participação na riqueza nacional ao invés de privilegiar uma minoria. Após isso, foi cassado e se exilou por nove meses. De volta ao Brasil, retomou a atividade de engenheiro, no Rio de Janeiro, sem abandonar a resistência à ditadura e o apoio a exilados políticos. Foi preso em 20 de janeiro de 1971 e nunca mais foi visto. A esposa e a filha mais velha foram levadas para o DOI-CODI um dia depois, mas não viram Rubens Paiva. Os bustos foram feitos pelo artista plástico Edgar Duvivier.

MÚSICA

Compositora: Vitória Cristina
Melodia: Eric Douglas
Participação especial: Luan Oriente
Colégio Estadual Jornalista Rodolfo Fernandes

RUBENS PAIVA

Confesso que eu nunca me interessei em saber de você
Mas algo me chamou atenção e eu nem sei o que!
A sua história chegou até mim, deixou perguntas sem fim
Então comecei a pesquisar e a me interessar.

(REFRÃO) Rubens Paiva esse nome é familiar em alguns
lugares eu já ouvi falar, pode acreditar esse cara fez história e
parte dela eu vou contar

Eu já sei! Eu mesma quero contar
Já comecei e não vou querer parar
Na moral! Esse cara era profissional
Então agora eu vou resumir se eu contar tudo garanto que não vai caber aqui
Ele era casado, pai de cinco filhos, algumas profissões, inclusive foi político...
Mas na verdade a que ele seguiu foi engenheiro civil
Legal... Você sabe o que aconteceu? O seu mandato foi cassado e ele se escondeu
Passaram-se nove meses deveria viajar com destino a Buenos Aires...

(REFRÃO) Rubens Paiva esse nome é familiar em alguns
lugares eu já ouvi falar, pode acreditar esse cara fez história
Rubens Paiva!

Esse cara foi esperto, ia comprar cigarro só pra sair de perto
Embarcou no outro voo com destino a São Paulo e voltou para a família
Escuta aí o que ele disse:
ENTREI NO BRASIL, ESTOU NO BRASIL E VOU FICAR NO BRASIL.”

(REFRÃO) Rubens Paiva esse nome é familiar em alguns
lugares eu já ouvi falar, pode acreditar esse cara fez história

E Aeronáutica toda armada entraram em sua casa e adivinha?
Prenderam Rubens Paiva!
Tempo foi passando, muitas coisas aconteceram, Rubens
Paiva torturado até que ele morreu
E em homenagem ao herói da resistência guardo essa frase como uma referência
“ENTREI NO BRASIL, ESTOU NO BRASIL E VOU FICAR NO BRASIL.”

(REFRÃO) Rubens Paiva esse nome é familiar em alguns
lugares eu já ouvi falar, pode acreditar esse cara fez história.

Rubens Paiva!

Moradores de Saracuruna discutem os problemas nos trens com o secretário de transportes

Conselheiro fiscal do SENGE-RJ Luiz Cosenza participou do encontro que procura melhorar o sistema de trens na região

Luiz Cosenza, conselheiro fiscal do SENGE-RJ, vem participando dos encontros realizados entre os moradores das regiões atendidas pelos trens da Supervia dos Ramais de Guapimirim e Vila Inhomirim com o secretário estadual de transportes, Carlos Osório, o presidente da Central Logística Roberto Marques da Costa e Neto e dirigentes da Operadora. As reuniões que estão sendo realizadas na Estação de Saracuruna têm como objetivo encontrar soluções para os graves problemas nos trens da região.

Atualmente, um morador que utilize os ramais Guapimirim ou Vila Inhomirim precisa fazer três baldeações para chegar à Central do Brasil: um trem até Saracuruna, outro até Gramacho e um terceiro que vai até a Central. Anteriormente, existia uma composição que fazia a viagem até a Central partindo de Saracuruna. Os moradores reclamam que o novo processo é muito cansativo e desgastante fisicamente, especialmente porque eles não conseguem pegar o trem em Gramacho com lugar para sentar, sendo obrigados a viajar em pé pelas 17 estações em que a composição passa até chegar à estação terminal. Existem apenas duas estações entre Saracuruna e Gramacho: Campos Elísios e Jardim Primavera.

Outro problema apontado pelos moradores é a qualidade dos trens que fazem as viagens para Vila Inhomirim e Guapimirim. Esses trens, conhecidos como "bitolinha", por terem bitolas (o espaço

entre os trilhos) de 1,00m, são muito antigos e são tracionados por locomotivas que eram usadas para transporte de carga, que foram projetadas para longas distâncias e não para fazer paradas a cada estação, fazendo com que aconteçam muitas quebras sem contar que em caso de uma frenagem de emergência as locomotivas se arrastam por uma longa distância devido a seu peso. A iluminação é precária e os usuários se sentem muito inseguros.

O SENGE-RJ através de seus diretores Jorge Saraiva e Luiz Cosenza juntamente com outras Entidades lançou o "Projeto Central" propondo a troca das velhas locomotivas por Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). A secretaria estadual de transporte, através do Secretário Carlos Osório está viabilizando esta solução e para isso está negociando com a Prefeitura de Macaé a cessão de dois VLT's que foram adquiridos e que não mais serão utilizados pelo Município. Em troca o Estado viabilizaria obras de interesse da

Prefeitura. Essas composições, no entanto, ainda precisam ser liberadas e, após isso, passar por um processo de análise e testes antes de serem utilizados pela Supervia, pois eles estão parados desde sua aquisição. Pelo fato de todos os outros ramais operarem com os trens de bitola larga (com 1,60m), eles não podem ser utilizados nos dois ramais.

Sobre as baldeações, em reunião realizada no dia 20 de junho, Carlos Osório afirmou que no momento não existe uma solução para este transtorno enquanto não for construída a segunda linha entre Saracuruna e Gramacho. Os moradores continuaram reclamando e afirmaram que a Supervia não faz o que é melhor para quem utiliza o trem.

"A Supervia pensa em uma solução que nem sempre é a melhor para o morador da região. Muitas pessoas apenas ficam em casa no final de semana por conta do transporte", disse Valmir Lemos, o Índio, presidente do Sindicato dos Ferroviários.



2ª COPA SENGE-RJ DE FUTEBOL SOCIETY

Monte o seu time

INGENHEIRO (A) BOM DE BOLA!

Futebol Society

Promoção
Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Inscrições:
21 de julho a 28 de agosto de 2015

Categorias: **Feminino e Masculino**

Informações:
eventosengerj@gmail.com

Inscrições e Regulamento:
<http://estatico.sengerj.org.br/copasenge/>

Data dos jogos:
Outubro/Novembro de 2015

Local: **Rio de Janeiro**

art 27

GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Trabalhadores reunidos na Lapa durante o ato pelo Dia do Trabalhador, que teve como foco a defesa dos direitos e o combate à corrupção

Diretoria do SENGE-RJ participa do Dia do Trabalhador

Festa do Dia do Trabalhador foi organizada pela CUT-RJ e realizada na Lapa

Por Viviane Romero

A diretoria do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) participou da Festa do Dia do Trabalhador, organizada pela Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ), no dia 01 de Maio, na Lapa. O ato político-cultural teve como foco a defesa dos direitos, da democracia e o combate à corrupção.

O diretor do Senge-RJ Jorge Saraiva da Rocha destacou que esse 1º de Maio é particularmente importante por conta do período grande de instabilidade política do país.

"Hoje há toda uma tentativa de retorno de um período que a gente já achava que já tinha superado na história, que é a ditadura militar.

Também está muito presente a tentativa de retirada de direitos. Para impedir que esses movimentos tomem força é importante que o trabalhador venha para a rua. É preciso que tenha voz", declarou Saraiva.

Jorge Antônio, também diretor do Senge-RJ, ressaltou que 2015 é um ano muito desafiante para o movimento sindical e para a organização dos trabalhadores, por conta das tentativas do Congresso Nacional em reduzir direitos conquistados. Ele apontou que o Senge-RJ apoia a unificação de atos, como o realizado na Lapa, para fortalecer a luta pela manutenção das conquistas.

"O Senge-RJ veio participar do ato para reafirmar a proposta de ações conjuntas entre as organizações sindicais. É necessário mostrar

essa unidade perante o restante da sociedade. É preciso buscar a unidade para poder avançar. Por isso, o Senge-RJ sempre estará envolvido quando esse tipo de evento for realizado", afirmou.

A grande mobilização popular no ato comemorativo do Dia do Trabalhador foi visto pelo Presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, como um fato histórico. O motivo seria a concentração e unificação do movimento de esquerda do Rio em um único evento.

"O movimento é propício. É fundamental porque a vida política do país está em efervescência, em processo de mudança da nossa democracia. E para lembrar em democracia, ela está em jogo no Brasil. Vamos resistir a isso e garantir a democracia

colocando a massa na rua, unificando e construindo um grande movimento de esquerda", declarou.

A história do surgimento do Dia do Trabalhador foi lembrada pelo deputado federal Wadih Damous, que também fez questão de frisar que a data ganhou uma importância maior neste ano. Isso por conta da conjuntura política, em que predomina uma pauta conservadora e a possibilidade da perda de direitos conquistados.

"Esse 1º de Maio mais do que nunca tem uma importância de resistência. Resistência da pauta conservadora, resistência para barrar o PL 4330 que amplia o processo de terceirização no país e das medidas provisórias que retiram direitos dos trabalhadores".

Em audiências públicas, Fisenge reafirma posição contra as terceirizações



O diretor de negociação coletiva da FISENGE, Ulisses Kaniak, esteve na audiência em São Paulo

Realizadas em todo o país, reuniões foram coordenadas pelo senador Paulo Paim

"**N**ão, não, não! Não à terceirização!". Este foi o grito uníssono das audiências públicas sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/2015, que amplia as terceirizações. Realizadas em todo o país, as audiências contam com a participação de entidades de classe, sindicatos, movimentos sociais, sob a coordenação do senador Paulo Paim (PT-RS), que é relator do PLC 30 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. As audiências públicas começaram no dia 29/5, em Minas Gerais, e prosseguem em outros estados até o final de julho. A ação também é articulada com apoio do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) já participou de três audiências, no Paraná, Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente.

Nessa segunda-feira (29/6), a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) teve o plenário lotado contra as terceirizações. O diretor de negociação coletiva da Fisenge, Ulisses Kaniak, esteve na audiência e destacou a importância da democracia participativa e da defesa dos direitos da classe trabalhadora. "Estão tentando acabar com os direitos e rasgar a CLT. Precisamos debater não apenas as terceirizações como a lei de concessões, sancionada numa época de completa sanha neoliberal. Oxalá que, em nosso

país, todos os projetos tivessem o debate com a sociedade", disse Ulisses enfatizando a importância da mobilização popular pela rejeição da matéria. O presidente da Federação dos Bancários da CUT (Fetec-CUT), Luiz César de Freitas, o Alemão, lembrou do processo de terceirizações nos bancos nos anos 90. "Estamos combatendo de maneira classista a rejeição do projeto. É importante, sim, debater as condições de trabalho dos terceirizados, mas jamais ampliar esse processo de terceirização. Não podemos permitir esse retrocesso", afirmou. O assessor parlamentar da Fisenge e integrante do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Maximiliano Garcez, enfatizou que o projeto é um ataque frontal à classe trabalhadora brasileira. "O projeto prevê a terceirização de todas as atividades das empresas e até quarteirização. Podemos afirmar que não se trata apenas de terceirização, mas sim de aluguel de pessoas. Vamos, juntos, dizer não à terceirização", observou Max.

O senador Paulo Paim encerrou a audiência conclamando a sociedade para a luta. "Para vencermos no Senado é preciso estarmos nas ruas. Se continuarmos com essa mobilização e com a conscientização do povo brasileiro, esse projeto

será rejeitado. Não aceitaremos qualquer retrocesso", pontuou Paim.

Durante a audiência no Rio de Janeiro no dia 26/6, foram ressaltados os impactos das terceirizações na saúde e segurança do trabalhador e o possível colapso da Justiça do Trabalho em seu papel de resguardar os direitos dos trabalhadores, tanto pelo volume de ações que deverão ser impetradas por trabalhadores que se sentirem lesados em seus direitos, quanto pela falta de

patrimônio e de liquidez das empresas terceirizadas, que podem não ter recursos para pagar uma ação coletiva ou individual. "Destacamos, no plenário da Alerj, a segurança do trabalho, uma vez que o número de acidentes e mortes é muito maior entre os terceirizados. Mas é preciso

mais do que a rejeição completa ao projeto. Precisamos acabar com as terceirizações no país", enfatizou o diretor da Fisenge, Gunter Angelkorte.

No dia 19/6, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), mais de 500 líderes sindicais, juntamente com senadores e deputados, fizeram ecoar nas galerias e no plenário a defesa pelo trabalhador e contra a aprovação do PLC30/2015. Para o diretor do Sengen-PR e da Fisenge, Ulisses Kaniak, a

defesa pelos trabalhadores deve não apenas se restringir à não aprovação do PLC 30/2015, mas também contra a terceirização que já está instalada em vários setores da economia. Como exemplo, Kaniak apontou o setor elétrico, em que 80% das mortes decorrentes de acidentes de trabalho são de terceirizados, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). "Tenho orgulho de trabalhar em uma empresa pública chamada Copel. Há 14 anos, a população ocupou a assembleia para defender a Copel pública. Hoje, a empresa terceiriza ilegalmente grande parte da sua força de trabalho que atua em atividade-fim e, por isso, foi alvo de uma ação do Ministério Público do Trabalho". Ulisses ainda destacou a importância do debate com a sociedade civil, ao contrário das práticas promovidas pela Câmara Federal.

No Brasil, há mais de 12 milhões de terceirizados – 26,8% do mercado formal de trabalho. No país, o estado de São Paulo concentra o maior número de subcontratações – 4,1 milhões de terceirizados (30,5%), quase um terço dos 9,5 milhões contratados diretamente (69,5%). Salário menor, jornada ampliada e maior rotatividade caracterizam o emprego terceirizado, apontam dados do dossiê "Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha", publicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Dieese.

“**Estão tentando acabar com os direitos e rasgar a CLT.**”

Ulisses Kaniak
Diretor de negociação coletiva da Fisenge

Encerrada a negociação da PLR

Após quase um ano de discussão, trabalhadores e Eletrobras encerraram negociação

Embora a negociação da PLR de 2014, a ser paga em 2015, tivesse de ter início em agosto de 2014, conforme ata da audiência de conciliação, no TST, em 10 de junho/14, o compromisso não aconteceu. O motivo foi a falta de representatividade por parte dos interlocutores da empresa que dificultou o agendamento das reuniões de negociações.

A partir do mês de março/2015 os trabalhadores iniciaram mobilizações mais “contundentes”, como a greve de 24 horas no dia 30 de março, no sentido de pressionar o início das negociações com a empresa. Outras mobilizações, como a de 72 horas em 11 de maio ocorreram, até que culminou na greve por tempo indeterminado, a partir do dia 01 de junho. Realmente, durante esse período, a direção da Eletrobras saiu da inércia e começou a apresentar propostas mais objetivas e com a “certificação” da empresa, embora ainda sem a concordância de grande parte dos trabalhadores. Diferente das propostas anteriores, que não eram sequer propostas e sim “possibilidades”, já que os negociadores da holding afirmavam que a direção da empresa



Trabalhadores reunidos em assembleia no Colégio Primeiro de Maio, em São Cristóvão

ainda não havia dado o “sinal verde”.

O processo de negociação só foi encerrado em junho e julho deste ano, após intensas reuniões entre a empresa e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), que é composto pelas federações e sindicatos envolvidos nas discussões.

No Rio, uma assembleia foi realizada no dia 22 de junho, para discu-

tir a última proposta da empresa. Na ocasião, ela foi rejeitada por 492 votos contra e 365 a favor. Mesmo com a recusa, as empresas da base – após 3 dias - decidiram sair da greve que já durava mais de 20 dias. No resto do Brasil, quase 70% das empresas aprovaram a proposta e também saíram da greve. Para resolver o impasse com

relação às bases do RJ, Campinas, Vitória e Serra da Mesa, que rejeitaram o acordo devido ao atrelamento de premissas para os próximos anos, até 2018, o conflito foi encaminhado para o dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na audiência de conciliação em 26 de junho, foi elaborado um acordo entre as partes para ser ratificado ou não pelas assembleias das bases. Em relação ao acordo em discussão, foram mantidas a vinculação para os próximos anos até 2018 e a criação das comissões paritárias, cuja missão é estabelecer critérios para as PLR's de 2015 a 2018. Essas comissões deverão ser constituídas ainda este ano de 2015 e iniciar as negociações logo que possível. O desconto dos dias de greve foi alterado e não será mais discutido no ACT como no acordo e será compensado do seguinte modo: “cinco dias fora da jornada do trabalho, no prazo máximo de 60 dias, e o restante dentro da jornada de trabalho”. Possivelmente esta redação dará margem a várias interpretações dentro de cada empresa. Em Furnas, em assembleia realizada no dia 02 de julho com os empregados, no estacionamento da empresa em Botafogo, o acordo firmado no TST foi aprovado. Foram 328 votos a favor e 88 contra.

Através de um boletim, o CNE classificou a greve de três semanas como “histórica” e parabenizou a categoria pela determinação e pelo espírito de luta.

JURÍDICO

Concluída ação por assédio moral com vitória do Senge-RJ

“Uma vitória da maior importância, que demorou, mas finalmente veio!” Foi assim, que o ex-presidente do Senge-RJ Antonio Gerson Carvalho definiu o término da sua ação por assédio moral contra a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG), empresa onde trabalhou por 37 anos. O processo, instaurado pelo Jurídico do Senge-RJ em 2009, chegou ao final em março de 2015, com a condenação da empresa.

Da sentença, Gerson destaca al-

guns trechos: “Revela-se comprovada a conduta discriminatória e persecutória da empresa em relação ao profissional (...) com um rebaixamento de funções facilmente identificável (...). Consubstanciando-se em atitudes que ferem a autoestima do empregado, inclusive através de métodos que resultem em sobrecarregá-lo de tarefas inúteis, ou não lhe dar trabalho, deixando-o na inação”.

O ex-presidente observa ainda a conclusão da sentença, que afirma que “a condenação a indenizá-lo

tem, além do intuito compensatório ao ofendido, o caráter pedagógico e preventivo”.

Antonio Gerson relata que sofreu vários constrangimentos e que, quando lhe eram dadas atividades, elas estavam sempre muito aquém da sua formação como engenheiro e experiência profissional. Conforme relatado no processo, a atitude da empresa consistia em uma forma de retaliação diante da sua atuação no Sindicato.

“Acho isso lamentável porque

todas as minhas lutas, divergindo da atuação da direção da Companhia, foram em defesa da empresa, de seus empregados e dos serviços que prestam à população. Tanto isto é verdade que fui procurado pela Rede Globo de TV e cheguei a gravar uma longa entrevista falando sobre assédio moral, que acabou não sendo apresentada porque a repórter queria e eu me recusei a usar a expressão vingança, como sendo a minha motivação para a ação judicial”.

CONTRA A REFORMA

Artigo de Osiris Barboza critica o financiamento empresarial de campanha

É senso comum afirmar que o Parlamento não tem resposta para todas as questões da sociedade. Neste sentido, ele demonstra toda a sua incapacidade de realizar a Reforma Política desejada. As manifestações de junho de 2013 não foram suficientes para impulsionar a classe política a dar o que o povo tanto desejava, mesmo que essa sociedade tenha ido às ruas manifestar-se contrariamente à representatividade dos políticos lá instalados. Algumas manifestações beiraram o fascismo. A resposta foi o recrudescimento do aparelho de repressão. Algumas tentativas foram feitas para atender a população, entretanto, passados dois anos, eis que estamos no meio de um processo de votação na Câmara dos Deputados e o que assistimos é um forte retrocesso, já que temos um Congresso que não se identifica com a maioria da sociedade brasileira. Isso ocorre, em larga medida, devido ao FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHA.

Um dos eixos principais da reforma política é o financiamento de campanha. É sabido que as campanhas eleitorais se tornaram absurdamente caras, muito em função da profissionalização, mas, também, em razão da compra de votos e caixa dois. Para atender essa demanda cada vez maior de recurso financeiro, os candidatos e partidos políticos, que já são financiados com recursos públicos via Fundo Partidário, se rendem ao financiamento empresarial.

Ocorre que quando isso acontece, esse atrelamento tem consequências, pois não há filantropismo nessa relação. O crescimento do financiamento empresarial ocorreu na mesma proporção da corrupção. Se o Legislativo não dá respostas à população, muito menos o Judiciário. É um absurdo o que ocorre hoje no STF, onde o Ministro Gilmar Mendes procrastina o seu voto na ADI 4650 DF que questiona a participação das empresas nas campanhas eleitorais. Processo esse que já se definiu, pois o placar de votação se encontra em 6X1.

A truculência imposta nas votações da reforma política (PEC 182/2007 – “PEC da Corrupção”) não tem paralelo na história recente do Parlamento brasileiro. O deputado federal Eduardo Cunha age como um verdadeiro Imperador e um menino mimado

dono da bola que não aceita perder. Ele se esquece de que vivemos o período mais longo da democracia brasileira e vivemos num Estado de Direito, regidos por

uma Constituição. A votação do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais foi fragorosamente derrotada no Plenário, porém, não o impediu de reeditar no dia seguinte o mesmo tema, após uma madrugada de muitas ameaças e chantagens, sendo que repaginado como financiamento para os partidos, o que em tese é o mesmo assunto, portanto, proibido pelo Artigo 60 da Constituição Brasileira.

Mais uma vez entra em cena a judicialização da política com o Mandato de Segurança nº 33.630 impetrado no STF por alguns deputados federais questionando a segunda votação, já por um milagre operado no meio da madrugada anterior, alguns nobres deputados modificaram os seus votos dando a vitória à D. Cunha I.

Infelizmente negado pela Ministra Rosa Weber, mas seguirá tramitando até julgamento em Plenário do STF, o que reforça o papel da sociedade civil organizada. Mesmo que o MS venha a ser rejeitado sob o argumento de que o processo legislativo ainda não havia sido encerrado antes de sua impetração, isso não invalida o futuro ajuizamento de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI). Sob os mesmos Independente das afrontas de D. Cunha I à Constituição Brasileira, a Câmara dos Deputados vai na contramão do sentimento da sociedade brasileira. Essas últimas votações em nada ajudam a melhorar a política e a sensação de falta de representatividade do povo. O aumento do mandato Parlamentar de 4 para 5 anos para acomodar o fim da reeleição do executivo é uma excrescência; não estabelecer cotas para a representação das mulheres no Parlamento é não reconhecer a sub-representação delas. Embora representem 51,7% da população dos eleitores brasileiros, a participação das mulheres não passa dos 10%. As campanhas pela Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e Plebiscito Constituinte unidas pela primeira vez no Rio de Janeiro, também no Brasil, estão realizando uma série de Plenárias Unificadas semanais no intuito de estabelecer ações que redundem em mobilizar a sociedade para pressionar o Legislativo e o Judiciário, principalmente, no que diz respeito ao Financiamento Empresarial de Campanhas Eleitorais. É preciso fazer pressão aos deputados federais da bancada do Rio de Janeiro a mudar o voto no 2º turno da votação na Câmara, enviando e-mails institucionais, facebook, ligações telefônicas, enfim. Também é necessária organização de Ato Público Unificado nas segundas-feiras no Largo da Carioca com barraca e som, coletando assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Política nº 6.316/13.



OSIRIS BARBOZA



O deputado Eduardo Cunha age como um verdadeiro Imperador e um menino dono da bola que não aceita perder

OSIRIS BARBOZA é Coordenador do Comitê Rio Ficha Limpa e da Coalizão Pela Reforma Política



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br